



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11855 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

**PROGRAMA INTITUCIONAL DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA:
RECONTEXTUALIZAÇÕES EM DUAS UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Priscila Couto - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Lucília Augusta Lino - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA INTITUCIONAL DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA:
RECONTEXTUALIZAÇÕES EM DUAS UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Este trabalho apresenta investigação realizada com o objetivo de compreender o papel do Programa Institucional de Residência Pedagógica (PIRP) na política de formação de professores para a educação básica, no cenário sociopolítico após o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, analisando como se deu sua recontextualização em duas Instituições de Ensino Superior (IES) – a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Buscamos compreender que concepções de formação esta política representa e com quais projetos políticos se relaciona, bem como quais são os desafios postos à formação de professores no Brasil em um cenário de disputas em meio a processos de desmontes e retrocessos educacionais e políticos.

A pesquisa adota uma perspectiva qualitativa a partir de uma análise referendada em uma concepção sócio-histórica e crítica da educação, com base em Gramsci (2002) e Freire (1987, 2021). O pensamento de Gramsci (1999) nos orienta a perceber o conceito de Estado ampliado e a atuação dos intelectuais orgânicos nesse processo de elaboração e implantação de políticas educacionais. Da mesma forma, Paulo Freire (1987, 2021) nos auxilia a compreender o conceito de autonomia e as possibilidades de resistência às políticas implementadas no que se refere à descaracterização dos programas de formação, à imposição de vinculação à BNCC, e seu potencial ataque à autonomia universitária.

Para a análise dos dados, utilizamos como instrumental metodológico a abordagem do ciclo de políticas públicas, formulada por Stephen Ball (1992) e colaboradores, por considerarmos que esta nos permite explorar a natureza complexa da política, ressaltando a

atuação dos agentes locais, como explicita Mainardes (2006). Investigamos a contribuição do PIRP para a formação inicial dos licenciandos e para a formação continuada dos professores, segundo as avaliações dos sujeitos envolvidos e o cotejamento de dados do programa.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 20 sujeitos que atuaram como coordenadores institucionais e docentes orientadores do programa e aplicado questionário com 90 residentes, de forma virtual, com o auxílio de ferramentas *online*, em razão da declaração de estado de pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a indicação do isolamento social como medida mais segura de controle da doença. A partir de documentos, dos relatos e das contribuições dos entrevistados foi possível apreender como o PIRP foi recontextualizado nas duas IES, em processo de resistência às orientações da política afirmando, em maior ou menor grau, a sua autonomia.

O PIRP foi instituído por Portaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 28 de fevereiro de 2018, e a seguir, teve lançado seu primeiro edital (Edital CAPES/MEC 06/2018). Além do desenvolvimento de projetos de formação que fortaleçam o campo da prática, o programa objetiva induzir a reformulação prática das licenciaturas e promover adequação dos currículos de formação inicial de professores à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nossa pesquisa mostrou que o PIRP está vinculado às reformas empresariais da educação (FREITAS, 2018), que se alinham a uma concepção de educação baseada na defesa do livre mercado, em que a qualidade da educação depende da inserção de escolas, professores e estudantes em um mercado concorrencial, com um mínimo de interferência do Estado. O PIRP bem como outras iniciativas no campo da formação de professores e gestores, age no sentido de controlar e forçar a implementação da BNCC nas escolas pelas instituições formadoras, materializando uma flexibilização da formação e uma descaracterização da profissão docente.

A UFRRJ realizou um projeto institucional que teve como principal característica o entendimento de que o PIRP seria um aprofundamento para a prática docente, enquanto o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) seria uma sensibilização com a atividade docente. O projeto da UFRRJ também fez associação das ações desenvolvidas com o estágio supervisionado, mantendo o entendimento expresso no edital do programa. A UFF, por sua vez, realizou um projeto institucional que teve como principal característica a condução unificada dos programas de formação da IES: o PIRP, o PIBID e um programa próprio da instituição. A questão do estágio ocupou espaço secundário nas discussões dos docentes e não fez parte da tradução realizada.

Ao comparar o processo de recontextualização nas duas IES, percebemos que a UFF possui uma política institucional de formação de professores mais consolidada entre a comunidade acadêmica. Alguns fatores nos levaram a essa conclusão: o desenrolar dos processos de interpretação e tradução do PIRP nos pareceu ter acontecido de forma mais acelerada e mais coesa na UFF; o entendimento institucional sobre a relação entre os programas PIRP e PIBID apareceu com frequência e solidez nas falas dos docentes; e os

docentes da UFF expressaram uma menor preocupação com fatores de crítica como controle de horas, horas excessivas ou devolução de bolsas. A análise das entrevistas nos permitiu perceber uma maior coesão entre as falas dos docentes da UFF, mesmo que eles tivessem divergências e leituras diferentes do programa.

Por outro lado, o programa provocou uma movimentação maior entre os docentes da UFRRJ fortalecendo a política da IES que já possuía uma política de formação de professores implantada, com uma comissão permanente de formação docente, mas que não parecia estar consolidada na cultura acadêmica. A adesão ao programa levou a IES a criar o Fórum PIBID/RP da UFRRJ, que se constituiu em uma ação importante para a consolidação da tradução realizada. A concepção dos programas como complementares exigiu que os coordenadores institucionais do PIBID e do PIRP articulassem as diretrizes e práticas que seriam desenvolvidas.

Nossa pesquisa mostrou como as universidades estudadas recontextualizaram o programa em seu contexto da prática reinterpretando e traduzindo suas determinações para acomodá-la a uma concepção de educação como prática social, constituída na totalidade da unidade teoria-prática e comprometida com sua natureza ética e política, favorecendo uma experiência reflexiva e de construção progressiva de saberes docentes (TARDIF, 2014). Defendemos que a manutenção da lógica de financiamento da política de formação por meio de programas de concessão de bolsas se constitui em um mecanismo de persuasão da comunidade acadêmica para conformação aos projetos políticos dos grupos que estão no poder. Nesse processo destacamos a importância da autonomia universitária para que os sujeitos pudessem manifestar formas de resistência às reformas impostas.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. Política Educacional. Formação de Professores.

REFERÊNCIAS

- BALL, S.; BOWE, R.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992 [2017].
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 70ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2021.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação – nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular. 2018.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, abr. 2006. Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.